

# Educação em Alerta



Jornal Sintep-MT - Edição - Novembro de 2019



**20** NOVEMBRO  
DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

UM POVO QUE CONHECE SUA HISTÓRIA  
SABE QUE NENHUMA LUTA É EM VÃO

pág 03



CUIABÁ - MATO GROSSO

**XVI** CONGRESSO  
ESTADUAL  
DO SINTEP/MT

Educação e o Mundo do Trabalho  
*Um projeto de educação para que projeto de nação?*

**28<sup>a</sup> 30**  
NOVEMBRO

HOTEL FAZENDA MATO GROSSO

pág 04

**MOBILIZAÇÃO EM  
DEFESA DO FUNDEB  
PERMANENTE  
E COM MAIS  
RECURSOS  
DA UNIÃO**

Dia 27 marcará a luta  
contra o sucateamento  
da Educação

pág 06



Profissionalização  
para TDI's é uma  
realidade em MT

pág 07

Escola Militarizada  
está em desacordo  
com Educação  
Pública



pág 08

**Editorial:**

# Estratégias são fundamentais



Presidente do Sintep/MT - Valdeir Pereira

**T**rabalhador e trabalhadora da educação de Mato Grosso nossas saudações. Nesse mês, nossas reflexões estarão voltadas para avaliar nossa organização e apontar estratégias para os enfrentamentos. Realizaremos nosso XVII Congresso Estadual, cujo objetivo é reavivar a educação para uma nação que queremos.

Defendemos por princípios uma sociedade em que os direitos de brancos e negros sejam respeitados, e que o Dia da Consciência Negra reafirme o respeito a igualdade dentro das diferenças de concepções, comuns aos seres humanos. Fazemos a defesa de uma sociedade em que independente da raça, credo, origem, todos tenham garantido o acesso a uma vaga na escola pública e com qualidade, sem que para isso precisem disputar com os demais iguais, o direito à matrícula.

O futuro que nós buscamos para a Educação e para a sociedade estaremos traçando no tempo presente, assegurando a qualificação do trabalhador/a da educação, e lutando para o reconhecimento e valorização profissional. Exigiremos compromisso com a Educação, garantindo recursos públicos, como o Fundeb permanente, para assegurar a materialização dos Planos de Educação traçados para a conquista da educação de qualidade socialmente referenciada. A luta por direitos não é apenas nossa, mas de toda a classe trabalhadora, por isso somos Fortes, somos Central Única dos Trabalhadores/as.

## Regime de colaboração, sim. Polarização de matrículas, não!

**D**urante os meses de outubro e novembro, o Sintep/MT esteve em duas regionais – Leste II, Médio Araguaia e Leste III – Baixo Araguaia, para dialogar com os/as trabalhadores/as da educação, e avaliar os impactos do redimensionamento implantado pelo governo do estado. Cerca de 32 municípios de Mato Grosso passam pelo processo de redistribuição das matrículas, entre as redes municipais e estadual.

Conforme o secretário de Redes Municipais do Sintep/MT, Henrique Lopes, nos nove municípios visitados, a constatação é de que o estado transfere responsabilidades sem transferir recursos para os municípios. “Essa é a lógica das reformas e do federalismo – União, estados e municípios, em que a velha máxima tem prevalecido: o ente que mais precisa é o que menos recebe”, diz.

O mais relevante a ser observado pelos municípios nesse redimensionamento, segundo o dirigente é se o atendimento está ocorrendo conforme determina o Plano Nacional de Educação (PNE). “O PNE estabelece a obrigatoriedade para a Educação Básica de que todos e todas devem estar na escola”. O PNE determina a universalização da Educação Infantil e o Ensino Fundamental, além da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Segundo Lopes, a proposta do governo Mauro Mendes para o reordenamento de matrículas cria uma polarização, deixando o estado com os anos finais do Ensino Fundamental, e repassando os anos iniciais para os municípios. “Isso gera impactos tanto no financiamento como nos postos de trabalho”, argumenta, esclarecendo que ficarão pedagogos excedentes nas

redes municipais, bem como, professores das disciplinas específicas excedente na rede estadual.

O Sintep/MT reafirma que feito dessa forma o redimensionamento traz apenas a perspectiva economicista, em que os estudantes das séries iniciais, pelo fator de ponderação de financiamento, valem menos do que as matrículas das séries finais. “A troca poderá penalizar duplamente os municípios no financiamento e na política de valorização profissional”, destaca.

Com o fim da vigência do Fundeb, em 2020, e o futuro obscuro do financiamento da Educação, a sobrecarga de matrículas em muitos municípios comprometerá o financiamento das políticas de educação. Segundo Lopes, a pergunta que deve ser respondida pelos gestores é “qual minha capacidade financeira e capacidade de arrecadação - Artigo 10, inciso 2, da LDB”, conclui.

### \*Redimensionamento defendido pelo Sintep/MT\*

- 1º Garantir o atendimento de todos/as os/as estudantes
- 2º Verificar onde existem salas ociosas para evitar construir mais escolas
- 3º Considerar o quadro de profissionais e o direito do estudante em ter escola próxima de sua casa
- 4º Observar a questão de redimensionar sem fragmentar o Ensino Fundamental de 9 anos.

“O encontro foi fundamental para instrumentalizar os companheiros sobre Redimensionamento feito pela Seduc-MT, importância do Fundeb, e Assembleia com a rede municipal e luta na busca do piso.”, esclarece diretora regional, da Leste III, Lucimeire Lázara, após visita a Porto Alegre, Confresa e Santa Terezinha.

## Dia de Reflexão

# 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, Dia de Zumbi dos Palmares

Desde 2003, o 20 de novembro passou a integrar o calendário oficial brasileiro, como a data símbolo da luta da emancipação do povo negro na história do país. Até então a data estabelecida pelo governo era 13 de maio, diferente do que considerava o movimento negro. No decorrer desses 16 anos, marcos legais foram criados para assegurar direitos. Contudo, o racismo e o preconceito continuam registrados nos índices de violência contra crianças negras, na evasão escolar, no desemprego, no acesso a postos de trabalho melhor remunerado e até mesmo na ausência da imagem do negro da negra em propagandas ou na mídia.

“Na data devemos estar focados na reflexão sobre a condição da população negra na sociedade na busca da desconstrução do preconceito com ações afirmativas”. O destaque da secretaria de Políticas Sociais do Sintep/MT, Leliane Borges, lembra o papel relevante da escola no debate, “é ainda, a única política pública que chega aos locais mais longínquos e periféricos do país, daí a importância na promoção do combate ao preconceito racial.

Foi nessa luta pela desconstrução do racismo que 2003 a legislação inclui a obrigatoriedade do do estudo de história, língua, arte africana e afro-brasileira (Lei nº 10.639/ 03). Ela exige esse olhar no universo escolar para a importância do negro na construção do povo brasileiro. “Porém, para além da obrigação, os profissionais da Educação têm o dever de tratar o tema do preconceito racial, que na sociedade brasileira é também um dos fomentadores da desigualdade social, cuja maior vítima tem sido a população negra”, destaca.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a população negra está à margem da sociedade. A dificuldade de acesso à educação formal, os leva a assumirem os postos de trabalho de menor salário ou o subemprego. Estão entre os maiores índices de analfabetismo, das



crianças negras são vítimas da exploração e começam a trabalhar muito cedo, quando ainda não possuem capacidade intelectual e motora para desenvolver uma atividade profissional.

Para Leliane, a reversão desse quadro só se dará com ações afirmativas. Fato constatado, afirma ela, nos últimos sete anos, quando a invisibilidade foi revertida com política sociais inclusivas, agora ameaçadas pelas políticas do atual governo federal. Nesse período houve um aumento da população que passou a se declarar negra no Brasil. “Isso não aconteceu porque ninguém gosta de ser discriminado”, conclui.

Racismo transcrito em números

### Taxa de analfabetismo em 2016 PNAD

Branco

**4,2%**

Pretos e pardos

**9,9%**

### Em 2016, 1.835 crianças de 5 a 7 anos trabalhavam

PNAD – 2017

Branca

**35,8%**

Pretas ou pardas

**63,8%**

### Rendimento médio de todos os trabalhos

PNAD – 2017



Branco

**R\$ 2.814**



Pardos

**R\$ 1.606**



Pretos

**R\$ 1.570**



CUIABÁ - MATO GROSSO

# XVII CONGRESSO ESTADUAL DO SINTEP/MT

**Educação e o Mundo do Trabalho**  
**Um projeto de educação para que projeto de nação?**

**O**s/as trabalhadores/as da educação participam no próximo dia 28 a 30 de novembro de debates para reavaliação estatutária no XVII Congresso Estadual do Sintep/MT 2019. Os delegados e delegadas eleitos/as nas etapas municipais estarão reunidos no Hotel Fazenda Mato Grosso, em Cuiabá, numa maratona reflexiva que terá como eixo central o tema “EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO: “Um projeto de educação para que projeto de nação?”

O Congresso tem como objetivo construir o Plano de Lutas da categoria para os próximos três anos. E ainda, reafirmar as bases de organização sindical por meio da reavaliação do estatuto sindical. Um caderno contendo o texto base das discussões encaminhado às subseções do sindicato, dos 141 municípios onde se darão as etapas congressuais. A análise do documento estará aberta para emendas entre 10 a 24 de novembro.

As contribuições apontadas nos diferentes municípios serão encaminhadas para o email da organização do Congresso - congresso2019sintep@gmail.com – sob a coordenação dos

diretores regionais do Sindicato. Num segundo momento, a Comissão Organizadora estadual sistematizará as colaborações para serem lidas e avaliadas nos grupos de trabalho durante o evento estadual. Em caso de propostas de alteração de qualquer dos textos do caderno, estas serão realizadas durante os trabalhos de grupo. O texto deverá ser redigido em uma lauda e colocado para validação de 50% mais um dos integrantes do Trabalho de Grupo, e 10% dos presentes no Congresso. Podendo assim ser apresentado na Plenária Congressual.

Este ano, conforme esclarecem os organizadores, os enfrentamentos nas redes estadual e municipais alteraram procedimentos comuns, cancelando a realização das etapas regionais. Os 79 dias de greve na rede estadual, bem como alterações administrativas foram apontados como impactantes no orçamento do Sindicato.

Mesmo com dificuldades, o XVII Congresso fará os debates de importância e relevância necessários para a dimensão das lutas vivenciadas pelos trabalhadores/as da educação em Mato Grosso e no País.

**28<sup>a</sup> 30**  
 NOVEMBRO  
 HOTEL FAZENDA MATO GROSSO

## CONHEÇA OS PALESTRANTES DO XVII CONGRESSO ESTADUAL DO SINTEP/MT



# Audiência com governo do estado reafirma contradições nas políticas de Educação

**O** Sintep/MT realizou em novembro mais uma das reuniões agendadas no período da greve de 2019, com a Secretária de Estado de Educação. Essa foi a última agenda de 2019.

Na oportunidade foram apresentadas à secretária de estado de Educação, Marioneide Kliemaschewisk, e equipe, as cobranças feitas pela categoria. A pauta sindical trouxe pendências do último encontro com a Seduc-MT, e novas demandas que reafirmam contradições nas políticas de governo para a educação.

De modo geral as reivindicações do Sintep/MT na reunião não foram novasuscaram respostas às inúmeras práticas implementadas pela gestão Mauro Mendes, que tem emperrado as políticas administrativas e pedagógicas das escolas, asseguradas nas leis estaduais. A principal delas se refere a valorização profissional e o descumprimento de direitos à Revisão Geral Anual (RGA), que somam atrasos de dois anos (2018/2019). E ainda, o cumprimento da Lei 510/2013 na data base da categoria.



As conversações sobre o andamento da pauta financeira foram adiadas pela Seduc-MT, dada a limitação da gestora em negociar. Uma nova reunião, dessa vez com as secretarias das áreas administrativa e financeira do estado, Seges e Sefaz, tem previsão para ocorrer em dezembro. Na

oportunidade o Sintep/MT cobrará do “núcleo duro” do estado os esclarecimentos sobre descumprimento da Lei de Carreira, como por exemplo a ameaça de corte de AAE, na função de Vigias.

## Encaminhamentos apresentados avançam pouco na luta da categoria



**O** Sintep/MT levou para a audiência com a Seduc/MT dia 5 de novembro cobranças sobre equívocos no calendário de reposição do pós-greve; questionamentos sobre o processo de atribuição de aulas para 2020; atraso no pagamento de 13º e férias proporcionais dos contratados. E, também, cobrou esclarecimentos sobre suspensão dos pedidos de remoção; convocações dos concursados, em especial os aprovados na função de vigia escolar. Foi inserido nos

debates até mesmo a política de “Redimensionamento” das redes e ensino municipais e estadual.

Das respostas apresentadas pela secretária de Estado se destacaram positivamente a previsão de férias para interinos, em contratos de um ano; o pagamento proporcional do 13º e férias para os contratados, que não receberam. Também os novos concursados, que assumiram as vagas e estavam com carga horária excedente, a Seduc-MT esclarece que terão remuneração complementar às horas trabalhadas, para jornada de 30 horas semanais.

Sobre o calendário de reposição, a secretária Marioneide afirmou que o órgão não interferiu na autonomia das escolas, inclusive na definição de aulas aos sábados.

Respondeu que o processo de atribuição de aulas será por contagem de pontos. Contudo, a determinação é que para 2021, ocorram seletivas. Sobre remoções dos profissionais da educação, a Seduc-MT relatou que os procedimentos serão autorizados, desde de que dentro das situações consideradas de interesse da administração pública.

Anunciou o fim do Profuncionário ofertado na rede estadual. Segundo ela, apenas o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) se encarregará da capacitação. Sobre o calendário de convocações dos Concurados de 2017, disse que será cumprido, porém sem a convocação, temporária da função de Vigia. O motivo é um estudo feito pelo governo estadual para implantação de monitoramento eletrônico.

# CNTE convoca trabalhadores da Educação para Manifestação em defesa do Fundeb

PEC nº 15, da deputada federal professora Dorinha assegura vinculação permanente de investimentos para Educação Pública



No próximo dia 27 de novembro a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a qual o Sintep/MT é filiado, realiza uma manifestação pública em defesa do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). A luta será para assegurar a permanência do Fundo, que vincula recursos da União, estados e municípios

para a Educação Pública. A defesa dos movimentos sindicais e sociais será pela aprovação do Novo Fundeb, apresentado na Proposta de Emenda Constitucional nº 15.

O Fundeb criado em 2006, em substituição ao Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, amplia os investimentos na Educação para além do Ensino Fundamental. A conquista, fruto da pressão dos movimentos sociais e sindicais, garantiu recursos para todas as etapas da Educação Básica (das creches ao Ensino Médio). Com o Fundeb, a participação da União na Educação Pública deu um salto de R\$ 400 milhões (até 2006) para R\$ 15 bilhões.

**“Voltaremos ao cenário semelhante ao Brasil Império”**

Com vigência determinada até 2020, o fim do Fundeb ameaça todos os avanços conquistados na Educação Pública, inclusive as metas determinadas no Plano Nacional de Educação (PNE). A ausência do Fundo coloca sob ameaça o direito dos filhos da classe trabalhadora à escolarização. “Voltaremos ao cenário semelhante do Brasil Império, quando apenas os filhos das famílias abastadas tinham direito ao estudo”, acredita o

secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Gilmar Soares, também dirigente do Sintep/MT.

A preocupação da CNTE e demais movimentos sociais é agravada com o anúncio do governo federal do corte dos repasses determinados na Constituição de 1988. Hoje, além da cesta de impostos do Fundeb, os entes federados (União, estados e municípios) são obrigados a investir percentuais, (18%, 25% e 25%, respectivamente dos impostos arrecadados), na Educação. “Constatamos que nem mesmo todos esses vínculos e subvínculos deram conta de universalizar a Educação. Ou seja, temos milhões de crianças, jovens e adultos fora da escola”, relata Soares.

A defesa da CNTE é pela continuidade do Fundeb, por meio da Proposta de Emenda Constitucional nº 15 (PEC 15). O Novo Fundeb registra alguns equívocos, necessita de ajustes, contudo trata de pontos fundamentais defendido pelos educadores, como ampliação dos investimentos da União – previstos no próprio PNE; Fundeb permanente; cria o Custo Aluno Qualidade Inicial (Caqi) e propõem meios para a Valorização dos Profissionais da Educação.

## CUT articula plano de lutas para assegurar direitos diante do novo perfil de trabalhadores

Trabalho intermitente, aposentadoria somente no fim da vida, terceirização dos serviços públicos, aumento do uso das tecnologias nas empresas são realidades que exigirão novas perspectivas de direito trabalhista

No início de outubro ocorreu no município de Praia Grande (SP) o 13º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (Concut). Na ocasião, os sindicatos brasileiros filiados à Central, como é o caso do Sintep/MT, compareceram com delegados e elegeram a nova diretoria nacional da entidade, agora com a presidência do metalúrgico Sérgio Nobre. Os debates realizados no Concut trataram sobre estratégias, desafios e plano de lutas para os enfrentamentos da classe trabalhadora. As reflexões e deliberações nortearam os Congressos Estaduais da CUT (Cecut), que aconteceu no Mato Grosso, dias 7 a 9 de novembro.

Na etapa estadual do 12º Cecut de Mato Grosso foi eleita a nova diretoria para o quadriênio 2019/2023. A gestão composta por 36 membros eleitos - entre diretoria executiva e dirigentes estaduais -, terá na presidência e vice-presidência os representantes do Sintep/MT, professor Henrique Lopes e Maria Celma Oliveira, respectivamente.

O Cecut realizou também adequações do plano de luta nacional para a realidade da classe trabalhadora no estado de

todas as categorias filiadas na central. A Central Única nos estados busca lutar pelas condições de trabalho com qualidade de vida para os trabalhadores e trabalhadoras. Os debates buscam olhar para os/as trabalhadores/as respeitando a dimensão do humano. O mercado de trabalho e sua relação com o homem e com o meio ambiente.

A Central Única dos Trabalhadores terá como desafio nos debates estaduais, assim como nacionalmente, reinventar-se sem deixar de lado os princípios que a criaram: a luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. O atual modelo de mercado desconfigurou os direitos trabalhistas com o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e está promovendo os maiores ataques as conquistas dos servidores/as públicos/as do Poder Executivo, com corte orçamentário, terceirização dos serviços; descumprimento da leis de carreira, entre outros.

“Esse novo cenário exigirá planos de luta que atendam às necessidades desse novo trabalhador/a. Será fundamental fazer o enfrentamento dentro dessa nova realidade e assim manter o papel fundamental dos sindicatos e da própria Central, na disputa por assegurar direitos”, acredita Valdeir Pereira, presidente do Sintep/MT.

## PROFUCIONÁRIO

# Formação específica para TDI's é uma realidade para os profissionais de MT

**A**pós dois anos de construção foi lançado neste mês de novembro o curso específico para Técnicos em Desenvolvimento Infantil (TDI's). A formação de nível médio – semelhante ao Profucionário, para os chamados auxiliares da Educação Infantil, começará em 2020. A oferta se dará em apenas três municípios, num total de 300 vagas disponibilizadas para Lucas do Rio Verde (150), Peixoto de Azevedo (50), e Ribeirão Cascalheira (100). As prefeituras desses municípios foram as únicas a se comprometerem com a qualificação e com a parceria junto ao IFMT.

Mesmo antes de dar início ao curso – o que ocorrerá em março de 2020 – o secretário adjunto de Funcionários do Sintep/MT, Klebis Marciano, acredita que a formação

estará inserida no catálogo de cursos do IFMT. “A demanda de profissionais é grande no estado. Esperamos que as demais prefeituras reavaliem a importância da formação para a qualidade da educação e futuramente passem a ofertar o curso também”, disse.

A presidente da subsede do Sintep/MT, de Lucas do Rio Verde, professora Tânia Jorra, acredita que a formação irá trazer um diferencial significativo para as unidades escolares que passarão a ter profissionais formados na área, no quadro das escolas. “A perspectiva dos técnicos de creche no município é enorme”, informa.

“O Curso de Formação de Técnicos de Desenvolvimento Infantil é sobretudo uma vitória do Sintep/MT na luta pela formação profissional dos

trabalhadores da educação que atuam diretamente nas creches e escolas dos municípios”, afirma o presidente da subsede do Sintep em Peixoto de Azevedo, Marcos Monteiro de Farias. Conforme ele, essa formação irá impactar na qualidade da educação ofertada e no aprimorando o atendimento dos/as estudantes das escolas públicas do estado.

Também o município de Ribeirão Cascalheira aguarda com expectativa o início da formação para os profissionais da Educação. Para a presidente da subsede do Sintep de Ribeirão, professora Ana Lúcia Antônia, essa é uma evolução na conquista de direitos dos funcionários de escola, que hoje não são mais apenas funcionários, mas profissionais atuando de maneira pedagógica nas suas funções”, disse

## SEC.DE FUNCIONÁRIOS

## Curso Superior para Funcionários entra na etapa de aprovação do currículo

**F**ormação específica exige elaboração de material didático exclusivo para a construção pedagógica

O Curso Superior para Funcionários de Escola avança mais um capítulo para a efetivação. No início de novembro, um Seminário com a participação do professor doutor da UFG, e ex-integrante do Conselho Nacional de Educação, Luiz Fernandes Dourado, debateu a construção do projeto curricular, tendo como parâmetro as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, formuladas na Resolução nº 2 do CNE.

O I Seminário, “Diálogos e Proposituras para uma Construção Curricular Pedagógica do Curso Superior de Tecnologias em Processos Escolares para Funcionários/as da Educação (TAE e AAE), reuniu dirigentes do Sintep/MT e representantes de diferentes departamentos do IFMT para esclarecimentos sobre os objetivos do curso.

Na oportunidade a diretora de Graduação do IFMT, Marilane Alves Costa, e o chefe do Departamento de Educação a Distância do IFMT, Constantino Dias Cruz Neto, elucidaram a forma de trabalho e as ferramentas utilizadas na instituição para a formação, como é o caso da EAD. O IFMT será o responsável por ministrar o curso que terá parte da plataforma ofertada na modalidade à distância.

Novos Seminários, com a mesma temática, deverão ocorrer até o final do ano. “O objetivo é debater com o maior número de envolvidos, para que todas tenham a compreensão do desafio proposto no curso”, esclarece o secretário adjunto de Funcionários do Sintep/MT, Klebis Marciano.

\*Know How\*



A formação de nível superior para funcionários/as é um antigo sonho do Sintep/MT, após a concretização do Arara Azul e Profucionário. Ganhou força na gestão da ex-presidente do Sintep/MT, Jocilene Barboza, que era funcionária de escola e buscou os primeiros contatos com o IFMT para a implementação do curso.

O projeto que teve continuidade, na presidência de Valdeir Pereira. Desde então a interlocução com o IFMT passou a ser realizada pela secretária de Políticas Educacionais, Guellida Andrade, com apoio do professor João Monlevade (um dos mentores do Profucionários em nível Nacional), assim como pelo secretário adjunto da pasta, Klebis Marciano.

“A estimativa é que para 2020 tenhamos a oferta no catálogo do IFMT. Aguardaremos a conclusão do Plano de Cursos e questões administrativas para fazer o anúncio das matrículas para o curso nas áreas de Alimentação Escolar (voltado para os/as técnicos em Nutrição Escolar), Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos Escolar e Secretaria Escolar.

# Modelo de escola militar não é democrático

**A** escola pública mantida com dinheiro de todos deve garantir a universalização do acesso

De forma irregular o governo do estado, com aval da Assembleia Legislativa, dá como certa a adoção de escolas militarizadas em Mato Grosso. A oferta ilegal, pois os recursos públicos (de todos) não podem ser aplicados para beneficiar alguns, prossegue desrespeitando a Constituição. O acesso à Educação Pública é direito, não podendo ocorrer seleção para ocupar a vaga na escola pública. Tampouco as matrículas podem ser reservadas, num flagrante privilégio, como é o caso daquelas destinadas a filhos e filhas de militares.

A secretaria adjunta de Políticas Educacionais do Sintep/MT, Maria Luiza Zanirato, estudou o processo da Escola Militar Tiradentes, em Cuiabá, e com propriedade afirma que, o problema desse modelo de escola, é que ela não é Pública, apesar de ser mantida pelos recursos públicos. “A Escola Pública é voltada para formação de criança e adolescentes com foco na ciência e cultura. Escola Militar tem como objetivo a formação profissional de militares”, diz.

A criação de escolas militarizadas surge em Mato Grosso na década de 80, para atender aos interesses de militares que, em convivência de governos da época, passaram a ofertar uma escola de melhor qualidade para seus filhos/as. Contudo, a escola não é mantida com recursos da Secretaria de Segurança, ou uma cooperativa. Esta recebe recursos públicos, num flagrante desrespeito à Lei. Na tentativa de regularizar o modelo abriu-se vagas para a comunidade em geral e para tanto foram necessários os exames seletivos.

O governo estadual que alega não ter recursos para manter infraestrutura das escolas públicas, ou para garantir a valorização profissional, banca os/as profissionais, os prédios, e



os recursos para garantir o privilégio aos filhos dos policiais militares, que ingressam sem seletivo. “É impressionante que as pessoas se submetem ao seletivo, apesar do direito universal. Existe o senso comum de que a escola que seleciona é melhor”, afirma Maria Luiza.

Segundo a professora, os estudantes das escolas públicas, que passam pela seleção da Escola Militar, não são aqueles que necessitam de melhor aprendizado, mas aqueles que já foram destaque na escola pública. Tampouco são as crianças e jovens que precisariam, teoricamente, de mais disciplina. Conforme Maria Luiza, os alunos “problema” não chegam na Escola Militar. Outro ponto questionado é o fato de que a escola pública tem com o objetivo instruir e formar. Já a escola militar instrui, mas não garante a formação integral, pois trabalha apenas com a ideologia militar. É como se fosse uma escola confessional, que tem o espaço na sociedade, porém, não com recursos públicos, já que a Educação Pública deve ser gratuita e laica.

“Entendo a fantasia da população em geral, em achar que se colocar o filho numa “ilha”, numa escola militar, a sociedade vai mudar. Não se muda os problemas sociais via um modelo de escola que não seja democrática”, conclui.

## XVII CONGRESSO ESTADUAL DO SINTEP/MT

### Confira a Programação

#### Dia 28/11/2019 - Quinta-feira

7h 30min. – Credenciamento  
7h 30 min. – Apresentação Cultural  
8h 15 min. - Solenidade de Abertura  
9h – Mesa de Leitura e Aprovação do Regimento  
10h15min. – “**EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO: “Um projeto de educação para que projeto de nação?”**”

Palestrantes: Comberty Rodrigues (Internacional da Educação - Costa Rica)  
Fabiane Previtali (UFU - MG)  
Coordenação: Maria Celma de Oliveira (Sec. de Ass. Jur. e Legislativos do SINTEP-MT)  
Bartolomeu Basili (Dir. Regional da Sul I do SINTEP-MT)

12h30min: Almoço

#### 14h - **Painel 01 - O Financiamento, a Formação e a Valorização Profissional dentro do PNE, a visão Limitada e Mercantilista do Governo Neoliberal**

Palestrantes: Carlos Abicalil (Ex - Deputado Federal de MT)  
Gil Vicente R. Figueredo (UFSCAR - SP)  
Coordenação: Edna Bernardo da Silva (Primeira Sec. de Finanças do SINTEP-MT)  
Doralice Vieira de Castro (Dir. Regional Sul II do SINTEP-MT)

19h: Jantar

#### Dia 29/11/2019 - Sexta-feira

08:00h – Lançamento de livros e Apresentação de Trabalhos

Coordenação: Maria Luiza B. Zanirato (Sec. Adj. de Pol. Educacionais do SINTEP-MT)  
Fernando Alves da Silva (Dir. Reg. Nortão IV do SINTEP-MT)

#### 9h30. **Painel 01 – A BNCC, a Reforma do Ensino Médio, o Projeto Político Pedagógico e o Desafio de Construir e Efetivar um Currículo Humano e Inclusivo no Espaço da Escola Pública**

Palestrantes: Gilmar Soares Ferreira (CNTE)  
Camila Grassi (UFPR)  
Coordenação: Ana Lúcia Antônia da Silva (Sec. Adj. de R. Municipais do SINTEP-MT)  
Ricardo Assis (Dir. Regional Oeste I do SINTEP-MT)

#### 12h15min: Almoço

Vespertino  
14h: Trabalho de Grupo por Macrorregião  
17h30min: Encerramento  
18h: Happy Hour

#### Dia 30/11/19 - Sábado

Período Matutino  
8h - Plenária Deliberativa  
**Debate de emendas à Tese; Reforma Estatutária; Plano de Lutas; Moções;**  
11h30min. – Assembleia Estatutária  
12h50min.- Encerramento  
13h - Almoço

